

Comissão de Constituição e Justiça – CCJ



Alexandre
Bublitz



Jessé
Sangalli



Márcio
Bins Ely



Mauro
Pinheiro



Moisés
Barboza



Ramiro
Rosário



Roberto
Robaina

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH



Erick
Dênil



Fernanda
Barth



Marcelo
Bernardi



Pedro
Ruas



Vera
Armando

001ª Reunião Conjunta CCJ e CEDECONDH 17ABR2025

Pauta: Sabatina de indicação da Sra. Tamara Lemos Moreira, para o exercício da função de Corregedor-Geral da Guarda Municipal.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): (10h36min) Estão abertos os trabalhos da presente Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ e da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONH. Vou pedir que venha sentar conosco aqui por gentileza, a Sra. Tamara Lemos Moreira; também temos aqui o comandante Nascimento, representando a nossa Guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Segurança. O coronel Aragão está aqui ou não? (Pausa.) Por gentileza, sente

aqui conosco, Tamara, tudo bem? Bem-vinda. Nós temos presentes, pela CCJ: Ver. Ramiro Rosário, esse que vos fala; Ver. Mauro Pinheiro está em licença; Ver. Alexandre Bublitz está aqui presente; Ver. Jessé Sangalli ainda não chegou. Tem alguém do gabinete dele aqui? Eu vou pedir para o Schreiber entrar em contato com o gabinete dele. Ver. Márcio Bins Ely está presente; Ver. Moisés Barboza está presente. A Ver.^a Mônica Leal, que está no exercício; tem alguém do gabinete dela aqui? O Adriano Medeiros está aqui? Schreiber também reforçar com o gabinete da Ver.^a Mônica Leal ou do Ver. Mauro Pinheiro, enfim. Ver. Roberto Robaina está presente. Pela Comissão de Defesa do Consumidor Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH: Ver. Erick Dênil, está subindo? (Pausa.) Muito obrigado. Ver. Pedro Ruas presente; Ver.^a Fernanda Barth? Schreiber, por favor, entrar em contato com a Maria Eugenia para verificar se a Ver.^a Fernanda Barth está vindo. Ver. Jessé Sangalli chegou agora. Ver. Marcelo Bernardi? Se o Moisés puder nos ajudar aqui a entrar em contato com gabinete do Marcelo, para verificar se ele está a caminho. Ver. Erick Dênil chegou, e a Ver.^a Vera Armando, nossa querida parceira, está aqui também. Meus amigos, essa reunião conjunta é para nós realizarmos a sabatina da Tamara Lemos Moreira, indicada para a corregedoria da nossa Guarda Municipal. Eu vou solicitar, primeiro, que o comandante Nascimento possa falar brevemente a respeito do trabalho da corregedoria, como é que é feita essa indicação; depois também a Tamara terá alguns minutos para poder fazer a sua apresentação, falar sobre o seu currículo, sobre a sua trajetória, a sua visão com relação ao exercício da corregedoria dentro da Guarda Municipal, e, depois, cada um dos vereadores terá a oportunidade de fazer de fato a sabatina, os questionamentos à Tamara. Estão de acordo? Perfeito. O Sr. Marcelo do Nascimento Silva, por favor, está com a palavra.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Ver. Ramiro, presidente desta comissão, cumprimentando o seu senhor, cumprimento a todos os demais vereadores e vereadoras que estão aqui presentes – Dra. Tamara, bem-vinda, boa sorte –, a todos os demais presentes e a todos que nos assistem. Uma vez

eu participei de uma palestra/aula com o falecido general Miotto, e algo que ele falou ali ficou muito gravado, porque eu não era nem comandante ainda, ele disse que força sem controle não é nada. Podes ter o maior contingente, os melhores equipamentos, o melhor treinamento, se não tiveres controle de tudo isso, isso é absolutamente nada. E a Corregedoria, mais do que uma exigência legal, mais do que uma composição de instituição, ela ajuda a nossa instituição, Guarda Municipal, principalmente neste momento que estamos vivendo de transição, de aperfeiçoamento, de mudanças, ela nos ajuda a corrigir. Mais do que ser um órgão de correição, ela ajuda a guiar os nossos atos, afinal de contas, ninguém é dono da verdade, ninguém acerta tudo, o trajeto, o caminho é cheio de percalços, de desafios e, justamente, às vezes, querendo acertar, podemos cometer alguns erros. E o órgão de correição é fundamental para que a gente possa não apenas aplicar as punibilidades adequadas àqueles desvios de conduta, mas também nos ajudar a mantermos a linha, porque, afinal de contas, só há um único e exclusivo motivo da existência do serviço público que é o bem comum da sociedade. Qualquer coisa diferente disso está absolutamente errada. E a Corregedoria nos ajuda a nos mantermos dentro desse diapasão. Então, Dra. Tamara, desejo muito boa sorte. Não é um trabalho para a Guarda Municipal; é um trabalho para o município de Porto Alegre, para os cidadãos de Porto Alegre. O povo de Porto Alegre conta muito com seu trabalho para que a gente possa, de forma conjunta, juntamente com esta Casa, fazermos cada vez melhor pela população da nossa cidade, sobretudo aqueles que mais precisam. Muito boa sorte e conte conosco para o que precisar.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Muito obrigado, comandante Nascimento. Passamos então a palavra a Sra. Tamara Lemos Moreira.

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Exmo. Sr. Presidente da CCJ, Ver. Ramiro Rosário, demais vereadores e vereadoras presentes aqui, senhoras e senhores, um bom dia. É com muita honra e responsabilidade que me apresento a esse cargo de corregedora da Guarda Municipal de Porto Alegre. E, como disse o

comandante, é pelo cidadão porto-alegrense, pela população porto-alegrense. A Guarda, junto com todas as outras, a Brigada Militar e com todas as outras polícias vão resguardar a população. E a Guarda Municipal, ela tem toda a sua responsabilidade e com isso a gente vai juntos, de todas as maneiras, sempre melhorar tanto com efetivo, com a justiça e com a legalidade. A minha formação acadêmica: eu sou formada em direito pela Unifoz – Faculdade do Paraná; tenho mestrado em Direitos Humanos pela UniRitter; possuo pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho. Tenho mais de 15 anos de advocacia; depois, em 2014, entrei para o Exército Brasileiro, como tenente temporária. Sou o primeiro tenente R2 do Exército Brasileiro, servi por três anos aqui no QG de Porto Alegre, como assessora jurídica; um ano no Palácio Duque de Caxias, do Rio de Janeiro, tendo uma experiência bem vasta lá com casos de conselho disciplinar, com casos de ter que mandar também vários militares para o Tribunal de Honra, e servi também mais dois anos na Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Santiago, interior aqui do Rio Grande do Sul. E com essa experiência jurídica, eu lidava muito com IPMs, muito com sindicâncias, muito com processos administrativos disciplinares e várias outras funções juridicamente similares. Essas funções bem similares à Corregedoria. O meu papel aqui, como eu vi e conversei com o corregedor Moura, que está saindo, vi que ele fez vários atos correccionais, inclusive o último ato correccional 30 que a gente pode conversar sobre isso depois também, que eu tenho a minha opinião sobre isso, ele me passou também o quantitativo de processos, quando ele saiu, no final de março agora, que foram 478 processos no SEI, no sistema de eletrônico de informação. Desses foram gerados 97, temos 146 sindicâncias em andamento e noventa e poucas IPS, investigação criminal sumária. Conversei também com o comandante, o comandante Nascimento me passou o efetivo atual da Guarda Municipal, que é no total de 398 integrantes ativos, 358 homens e 40 mulheres com uma média de idade de 54 anos. Estou à disposição, é uma honra estar participando e me candidatando a um cargo de suma importância para a cidade de Porto Alegre. Estou à disposição inclusive para manter uma conversa e um diálogo com esta Casa Legislativa diretamente, que é muito importante, através

de relatórios, através de conversas para a gente manter atividades que sempre vão agregar tanto para a Guarda Municipal como para a cidade de Porto Alegre e para todos. Então, eu acho que esse diálogo direto é muito importante.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Muito obrigado, Tamara. Nós temos inscritos aqui já então, na ordem, Pedro Ruas, Alexandre Bublitz e Erick Dênil. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Dra. Tamara Lemos Moreira, é uma alegria recebê-la, eu já examinei desde ontem seu currículo, gostei muito, particularmente, do seu mestrado. Um mestrado em direitos humanos não é qualquer pessoa que tem. Eu conheço muitas pessoas que atuam na área de direitos humanos, particularmente, advogados, e não têm esse mestrado, então, é um mestrado que faz diferença e, com certeza, faz do seu currículo algo a ser admirado. Eu tenho, particularmente, uma dúvida, e ela é do momento atual, só peço a sua resposta, e é a minha única pergunta. Por que do momento atual? Nós temos atualmente, na Câmara Municipal, uma CPI em andamento, que eu presido. É a CPI das Pousadas Garoa, em função da tragédia do dia 26 de abril do ano passado, agora fará um ano, e entre os indiciados pela Polícia Civil – ainda, claro que não, a CPI não terminou – está o ex-presidente da FASC Cristiano Rorato, ele foi indiciado. Eu vejo aqui que a senhora trabalhou – e pode ser uma mera coincidência, né? –, eu gostaria de saber só isso, de 2006 a 2010, no Escritório Moreira – que é a senhora, provavelmente – Rorato Advogados Associados. Eu queria saber se esse Rorato é o Sr. Cristiano Rorato ou da sua...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não é? Para mim, é o suficiente. Muito obrigado. É o suficiente. Obrigado.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Ver. Alexandre Bublitz.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Bom dia. Nós estamos hoje num dia, Quinta-Feira Santa, estamos iniciando o feriado também, já queria desejar uma boa Páscoa para todos nós. Eu estou feliz em poder estar aqui hoje, para a gente poder conversar um pouquinho. Meu nome é Alexandre Bublitz, sou um dos vereadores novos, a gente ainda não se conhece, comandante, e para mim é uma boa oportunidade a gente estar aqui conversando um pouquinho, até porque eu quero trazer algumas questões que eu acho que são importantes, alguns fatos que têm ocorrido em Porto Alegre, eu queria fazer um questionamento sobre isso. Eu sou médico, eu fui também do Exército Brasileiro, eu sou, na verdade, segundo-tenente. Eu fui segundo-tenente, fiz meu treinamento também na cavalaria mecanizada, só que fiz lá em Bagé, ali pertinho. Fiz minha formação lá, depois eu cheguei a trabalhar também junto do Exército Brasileiro como médico, médico oficial, e tenho uma vida um pouquinho dentro desse processo como um todo. Eu quero trazer aqui duas questões principais para mim e acho muito bom que o senhor está aqui presente também, porque eu já vou aproveitar a oportunidade e ampliar um pouquinho debate. Nós estamos tendo, eu acho, muitas polêmicas agora em Porto Alegre no que diz respeito a um problema que nós temos com relação aos bares noturnos e à população que vive em torno desses locais, os residentes ali. Isso tem sido um grande debate dentro da sociedade, dentro de Porto Alegre, com relação a como a gente faz esse cuidado. Eu tenho uma visão muito tranquila, mas também é muito complexa de que a gente tem dois lados, e os dois lados tem razão. Isso não é muito fácil de a gente viver, porque tem um lado em que está a questão dos moradores, que estão preocupados com segurança, que estão preocupados com barulho, que são pessoas que têm que trabalhar, têm suas atividades e eles têm razão em fazer suas reclamações; mas nós temos outro lado, que eu também acho muito justo, acho muito digno, que é a questão das pessoas que estão buscando lazer, que estão buscando se divertir, que tem uma vinculação com desenvolvimento cultural da cidade, desenvolvimento de bares noturnos, o

que gera emprego, gera renda e movimentada a economia. Existem esses dois lados, e a gente vê, às vezes, um processo conflituoso. Eu estive, muitas vezes, de noite, aqui em Porto Alegre – mais jovem –, e também presenciei algumas cenas um pouco violentas com relação ao trato com essas pessoas que estavam na rua. Já presenciei a Guarda estando nesse locais também, normalmente é mais uma questão vinculada à Brigada, mas eu sei que a Guarda, às vezes, procede com relação às pessoas que estão ali. Eu tenho uma preocupação muito grande, e eu faço uma defesa aqui, que, sim, a gente tem que preservar a lei, então obviamente a gente tem que fazer cumprir a questão dos horários, até que a gente altere isso, até que a gente tenha uma nova determinação com relação a esses processos, e, sim, a gente tem que preservar a segurança dos locais, mas a gente precisa fazer esse tipo de intervenção de uma forma não violenta, isso para mim é uma questão muito importante e às vezes eu acho que nós estamos tendo um pouco de dificuldade com relação a isso. Eu quero citar o que aconteceu no carnaval aqui em Porto Alegre, sei que não teve tanto a ver com relação à Guarda, mas foi um momento importante da nossa cidade. Porto Alegre, que é uma cidade grande, que é uma cidade conhecida pela sua cultura, que é uma cidade conhecida por ter uma vida noturna pujante e forte, teve um carnaval esvaziado, reduzido, enquanto a gente pega uma outra cidade como Belo Horizonte, por exemplo, que não tem praia, que não é uma cidade quente nem nada, e eles tiveram um lucro de bilhões com a movimentação dos blocos noturnos, com a movimentação dos bares noturnos, gerando emprego, gerando renda, desenvolvendo a cultura, trazendo lazer para a população, divertimento num feriado. Aqui em Porto Alegre, a gente teve o contrário: uma cidade esvaziada, triste, tumulto, briga, não é? A gente foi para outro caminho.

Para mim é muito importante saber qual vai ser o papel da Guarda daqui para frente. Eu já advogo que eu gostaria de ver a Guarda estando presente muito mais numa questão de trazer segurança para as pessoas que estão na rua à noite e dialogando com a sociedade, mas de uma forma não violenta. Eu gostaria de saber o posicionamento da senhora com relação a isso, gostaria de saber o

que que a senhora pensa, o que pretende fazer para ajudar a modificar essa situação e quais caminhos nós vamos tomar. Essa é a minha primeira pergunta.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Primeira? Tem mais alguma, vereador?

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Tem, mas eu posso fazer depois?

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Vamos tentar dar celeridade na reunião, se já puder matar tudo agora, seria bom.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Pode ser, então. A segunda pergunta viria um pouco como consequência da resposta, por isso eu queria aguardar.

Eu quero trazer também outro ponto que para mim é muito importante. Nós temos uma discussão que a gente faz pouco aqui em Porto Alegre, eu acho até que a Câmara poderia fazer a discussão com mais calma, que é sobre o processo de militarização das polícias que nós temos aqui no Brasil. As polícias hoje têm aqui uma visão militar, a gente tem a Brigada Militar. São poucos os países no mundo que ainda funcionam com polícia em nível militar, se a gente vai ver lá os Estados Unidos, como é que é lá nos Estados Unidos? É fácil, é só a gente assistir a um filme, né? Vamos lá olhar aqueles filmes antigos que nós temos ali, desde Duro de Matar até... Tem tantos filmes ali. São policiais civis que fazem justamente o controle, fazem o cuidado da população, né? E aqui, no Brasil, a gente tem esse diálogo muito forte sobre como a gente poderia modificar isso, porque ter uma polícia militarizada, a Brigada Militar, ainda é uma coisa antiga, é um resquício que nós temos lá da década de 1960, 1970, e é o que a gente não está conseguindo evoluir. A gente mantém os processos militares. E aqui eu vou retomar: eu sou um militar da Reserva, eu sei, mas eu vejo a necessidade de a gente evoluir nesse processo e ter uma visão de uma Polícia Civil, e ter uma forma de se organizar dentro dessa lógica e não dentro de uma

lógica militar, que é uma visão muito mais de inimigo interno, uma questão, talvez, um pouco mais violenta. Então, a gente gostaria de ver uma outra forma da polícia, uma polícia mais moderna, uma polícia com uma visão nova, uma polícia que tenha essa visão civil mais democrática dentro das suas instituições. Então, eu também queria saber a opinião da senhora com relação a isso. Primeiro, com relação ao que nós estamos vendo hoje à noite, aqui em Porto Alegre, sobretudo como a senhora quer agir com relação a isso, quais medidas adotar, como conversar com a Guarda Municipal sobre isso. Segundo, uma opinião, que eu acho que não é uma coisa que a senhora vai ter uma ingerência...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Exatamente, mas para a gente poder ouvir como a senhora pensa com relação a isso. Muito obrigado.

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Bom dia, respondendo, então, a primeira pergunta em relação aos procedimentos, que seria quando a Guarda Municipal tiver presente nessas situações noturnas de base. Realmente, concordo plenamente que de maneira nenhuma um guarda municipal, ou se for uma Brigada, o posicionamento não tem que ser de uma maneira grosseira, de uma maneira que vá fisicamente de maneira nenhuma, muito pelo contrário. Pretendo, junto com o comandante Nascimento, inclusive, fazer uns treinamentos quanto a isso, promover atividades que demonstrem e mostrem para eles qual... Até no dia a dia, na prática, como que seria um procedimento, porque a gente vê inúmeros notícias aí, vê como realmente acontece não só com a Guarda Municipal, mas também com a Polícia Civil, com a Brigada Militar, porque realmente a gente tem que ver que é um efetivo grande e como todo toda a população ou todo indivíduo, todo ser humano, cada tem o seu jeito, cada um tem a sua personalidade, e, dependendo da situação, a pessoa vai agir de uma maneira ou de outra, por isso que nós, dentro desses cargos que a gente tem muita responsabilidade, temos que promover atividades, promover, conversar

diretamente com eles e mostrar qual o procedimento será para cada situação que ocorrer. Porque a gente sabe que situações... Pode pegar um cidadão que está fora igual, noturno normalmente a pessoa está bebendo. Então já tá fora dos seus padrões normais. Então tem que ter, até para uma abordagem mais tranquila, porque se tu chegas numa pessoa que já está fora da sua sanidade mental normal, tu chegas de uma maneira rude, com certeza não vai ter um posicionamento... Então eu acho que quanto a isso, até porque a gente não pode ir contra os princípios da dignidade da pessoa humana, todos esses princípios, então a gente vai por esse posicionamento aí, de ser sempre da maneira mais tranquila possível. E quanto à segunda pergunta, dessa defasagem de militar e da polícia ser mais... A comparação com os Estados Unidos, eu vejo que o Brasil é bem diferente, é outra realidade na verdade. É outra realidade que não tem como a gente ficar sempre comparando e querer que seja igual, porque a realidade do Brasil é outra, né? É diferente da realidade dos Estados Unidos, é outra legislação, tudo é outro. E como o senhor colocou, não vai depender só da gente, mas com certeza a gente faz o pingo, né? Então a gente pode sim fazer sempre um estudo sobre isso, conversar. Como eu falei que a gente vai manter o diálogo, sempre de forma bem estreita, e conversando sobre alguma possibilidade. Porque não depende da gente, mas eu acredito que pode haver um meio-termo. Não de ser só de forma... Dos princípios. Porque os princípios militares devem ser seguidos e também da outra maneira. Mas acho que tem que ter um balanço quanto a isso.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Bem, muito obrigado. Ver. Erick Dênil.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB) (CEDECONDH): Bom dia, colegas vereadores. Bom dia, Nascimento, não nos conhecemos também, é um prazer conhecê-lo. Bom dia, Sra. Tamara Lemos Moreira. Quero parabenizar, primeiramente, por ocupar esse espaço importante para a cidade de Porto Alegre. Sou Ver. Erick Dênil, sou o vereador mais jovem aqui da Câmara de

Vereadores de Porto Alegre, junto com o meu colega Giovani Culau, do PCdoB, e também sou presidente da Comissão de Direitos Humanos. Tenho aprendido muito com o Ver. Pedro Ruas, que também faz parte da Comissão de Direitos Humanos, temos ganhado experiências importantes na comissão. Na verdade, Sra. Tamara, a gente tem uma visão talvez não idêntica sobre a Guarda Municipal, enfim, sobre a formação, mas provavelmente tenhamos pontos em comum. E é nesse sentido que eu trago a minha abordagem hoje aqui. Na Comissão de Direitos Humanos, recebe diversas denúncias - e a gente procura tratar com muita responsabilidade cada denúncia que nós recebemos, né? -, muitas delas referente à Brigada Militar, mas também muitas que envolvem a Guarda Municipal. Por óbvio, não se trata de um discurso contra a polícia; se trata, sim, sobre observações que a gente pode melhorar a atuação das polícias em Porto Alegre. Dentro disso, a gente tem aqui em Porto Alegre a Operação Choque de Ordem, sobre a qual nós debatemos na Comissão de Direitos Humanos, anteontem, e a gente fez observações sobre esta operação. Não sei se a senhora está inteirada sobre essa pessoa operação, mas nós temos questionamentos a fazer. Essa operação tem feito, no meu entendimento, uma repressão sobretudo com os moradores em situações de rua, tem feito também uma abordagem de recolhimento dos materiais dos recicladores de Porto Alegre, Pedro e Roberto Robaina, e a gente percebe que ela tem endereço, ela acaba violentando as pessoas mais vulneráveis. A abordagem, a forma de abordagem, o conceito da Operação Choque de Ordem, no nosso entendimento, tem que ser revisto e modificado, porque nós entendemos que a Guarda Municipal deve proteger as pessoas. O Estado tem que proteger as pessoas, principalmente as mais vulneráveis, e, no nosso entendimento, não é isso que está acontecendo atualmente nesta operação. Talvez, não sei, depois eu quero te perguntar se tu tens todas as informações sobre essa operação, mas a gente também gostaria de fazer uma observação em cima disso, no sentido de que tenha uma abordagem mais humanizada, para que tenha, de fato, um tratamento mais respeitoso com essas pessoas. As denúncias que chegam para nós, depois a gente pode compartilhar com vocês, são diversas, né? Então, eu espero que a

gente possa, primeiramente, ter um trabalho coletivo na cidade, onde as pessoas sejam protegidas, porque também, no nosso entendimento, pobreza não é sinônimo de violência e nem de criminalidade. Então, nós queremos construir uma segurança pública mais humanizada. Então, faço essa observação e tenho duas perguntas para fazer. A primeira pergunta é parecida com a do Ver. Alexandre Bublitz, mas não é idêntica: para avaliar o relacionamento com a comunidade e ter transparência, de que forma a corregedoria pode fortalecer a confiança da população com a Guarda Municipal? A primeira pergunta: de que forma então a corregedoria pode fortalecer a confiança da população com a Guarda Municipal? A segunda pergunta - para avaliar o compromisso com os direitos humanos e o enfoque social: qual a sua opinião sobre a atuação da corregedoria em casos de violência institucional, como discriminação ou uso excessivo da força? É uma opinião objetivamente direcionada a ti, Tamara, para que a gente possa também ter um entendimento do conceito também dessa atuação através da corregedoria. É isso. Muito obrigado.

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Sobre a primeira pergunta, a abordagem seria que... Eu não tenho conhecimento sobre essa operação de choque, mas pelo que o senhor expos aqui pega mais ou menos, na abordagem. Lógico que ali seria uma atividade noturna, mas igual não tem nada a ver um morador de rua ou um catador de lixo ser abordado de uma forma ofensiva, muito pelo contrário. Como todo mundo tem conhecimento, na Guarda Municipal e, como em todas as polícias de Segurança Pública, a gente tem primeiro objetivo proteger a população. Qualquer que seja a população, cidadão é tudo população, cidadão tem que ser protegido de todas as formas, seguindo todas as leis e seguindo todos os princípios constitucionais. Então, de maneira nenhuma, a abordagem da Guarda Municipal será de uma forma que seja uma forma violenta, uma forma ofensiva. Teria que ser, como já tinha explanado, de uma forma respeitosa. Lógico que, se estiver ocorrendo alguma irregularidade, se estiver ocorrendo algum crime, vão ser seguidos os trâmites legais. Mas, se o cidadão estiver normal lá e estiver trabalhando, porque catador de lixo é o

trabalho dele. Tem como ser uma forma respeitosa, não tem como ser uma forma violenta. Então nesse sentido, nós vamos sempre estar atentos nessas abordagens aí. Vou me inteirar dessa opera também para poder fazer atividades a respeito e para que sempre a gente tenha o mínimo de ocorrência possíveis envolvendo a Guarda Municipal e também diminuir as recorrências.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): A Ver.^a Vera Armando está com a palavra.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Bom dia aos colegas vereadores. Bom dia, comandante Nascimento demais autoridades. Dra. Tamara, seja bem-vinda. É um prazer recebê-la aqui na nossa Casa para esse encontro e nós termos a oportunidade de tirarmos várias dúvidas e de ficarmos na expectativa de que a senhora venha fazer realmente um bom trabalho, nós precisamos ter essa sensação de segurança.

Nós mulheres somos a maioria da população da nossa cidade, enfrentamos problemas diários, seja por assédio nas ruas, seja na orla seja dos nossos parques. Então eu quero te dizer, Dra. Tamara e comandantes, que comemoramos aqui a criação da Patrulha para Atendimento à Mulher, a nossa Patam, que vem nos trazer essa sensação de segurança. E não só a sensação, mas de nos atender, de nos acolher nos momentos tão necessários aqui da nossa Cidade, com as equipes treinadas para lidar com esses momentos, com essas situações de assédio e todas as formas de agressão que nós mulheres estamos expostas a ponto de muitas de nós deixarmos de praticar exercícios físicos nos parques e mesmo na orla, por esse desrespeito a que somos submetidas diariamente.

Nesse sentido, quero dizer que protocolei um projeto de lei que institui a patrulha como uma política pública permanente no nosso Município, no sentido de proteger, para que, não importando a mudança de governo, não importam questões políticas, outros interesses, corte de verbas, nós possamos dar continuidade a essa patrulha, que foi instituída no mês de março. E eu gostaria

que a senhora dissesse se já há um resultado desses primeiros trabalhos, desses primeiros dias, que nos interessa muito como mulheres e podemos levar essas informações, porque precisamos desse olhar; nós precisamos ter segurança na nossa capital, com esse atendimento humanizado e acolhedor. Já há algum índice a ser apresentado nesses primeiros dias da implantação da Patam, por gentileza?

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Bom dia, não me foi passado nenhum índice atual, porque é recente esse patrulhamento. Não me foi passado ainda nenhum índice, mas, com certeza, será o primeiro dos tópicos sobre o qual eu vou me inteirar, como é que está sendo, e passo para a senhora assim que possível.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Está bem. Obrigada.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Obrigado, Ver.^a Vera Armando. Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bom dia a todos e todas, bom dia, Dra. Tamara. Eu queria fazer uma consideração geral, mas nós estamos em uma sabatina, e tem questões que são gerais e não competem ao seu trabalho diretamente, né? Estão relacionadas com a orientação de governo. Mas uma parte do que acaba, depois, tendo repercussão no seu trabalho está relacionada com a própria situação da Guarda, e nós temos – eu acho que a senhora já deve saber disso – uma situação muito difícil na Guarda Municipal. A Guarda tem perdido efetivo. Acho que, há uns dez anos, tinha uns quinhentos e poucos, e agora nós estamos com menos de quatrocentos. A média de idade está aumentando, porque há 10 anos era 50, e agora é 54.

E a Guarda segue sem plano de carreira; faz, eu acho, uns três ou quatro anos – agora não me lembro – que os guardas são obrigados a se mobilizar. E me chama atenção, às vezes, que vejo muitos vereadores e vereadoras – sobretudo

vereadores; as mulheres vereadoras, em geral, são melhores, mas tem também as mulheres vereadoras – que apelam para que a Guarda seja uma tropa de choque contra os setores mais precarizados do nosso povo, mas não ajudam os guardas e as guardas a terem seus direitos garantidos, por exemplo, plano de carreira.

Então, é óbvio que a Guarda Municipal tenha horas trabalhadas sob estresse, trabalhadas em condições difíceis, porque é um efetivo menor, e ainda a orientação dos governantes – dos últimos governantes municipais – tem sido fazer da Guarda uma tropa de choque dos setores precarizados. Por exemplo, eu não acho o comandante Nascimento seja quem orienta isso, porque, nesse caso, ele é comandado. O comandante comanda a operação da guarda, mas orientação de governo não vem do comandante Nascimento. Eu imagino, comandante Nascimento, que não seja, por exemplo, o cuidado com as escolas, o cuidado com os postos de saúde. A prioridade que tem sido dada, com um efetivo pequeno, é por exemplo a repressão sobre o trabalho ambulante. Isso tem sido prioridade. Então aí é choque permanente, porque imagina já ter como orientação a repressão ao trabalho dos ambulantes, dos camelôs, tu vais encontrar, é óbvio que tu vais encontrar irregularidade nas ruas. Como é que não vai encontrar irregularidade nas ruas? Nós temos um desemprego estrutural, não tem nenhuma perspectiva de emprego, as pessoas precisam viver e sobreviver. É lógico que o comércio informal vai aumentar e tem aumentado no País todo. Agora, nós tivemos em São Paulo, inclusive, Ver. Ruas, a morte de um ambulante, de um senegalês, que teve como reação um protesto forte em São Paulo. Eu acho que esse é um problema, e é óbvio que uma guarda trabalhando sob estresse, sob tensão e com orientação de repressão sobre setores populares vai acabar se formando, nesse sentido, mal – não tem jeito. Essa é a interpretação que eu tenho, vai acabar sendo pressionada; é óbvio que se tu estás na rua estás no meio da dificuldade e do conflito. Se tu estás na rua e tem orientação de repressão, a rua não é um lugar... Ah, não, está todo mundo tranquilo na rua, os ambulantes trabalham tranquilos. Não, os ambulantes trabalham nervosos, e aí chega um guarda que chega com um pouco mais de

modo ríspido, o sujeito... Acaba tendo confusão. Eu acho que essa orientação é uma orientação de governo, que acaba fazendo com que a guarda seja “bucha de canhão” e elemento de repressão do povo. Então, eu acho que esse é um problema que não vai... Que vai ter relação com seu trabalho, não é sua responsabilidade; tem uma situação estrutural, por um lado, de desemprego crônico, e tem uma orientação política de repressão, que acaba acontecendo também com as pessoas em situação de rua. Acaba ocorrendo também com o pessoal que trabalha na coleta, na questão dos catadores, da reciclagem. É isso: é sobre os setores mais vulneráveis da população, que acabam sendo alvo da repressão. Bem, eu acho isso um problema. Eu sei que agora a Guarda Municipal tem a utilização das câmeras corporais, que eu acho que é uma medida importante, na verdade, eu queria saber um pouco a sua opinião sobre isso porque há um debate, no País, sobre isso. Existe uma legislação, aqui no Estado; a deputada Luciana Genro tem sempre feito essa defesa, e a Luciana Genro tem feito essa defesa, inclusive, mostrando que isso valoriza o trabalho correto da polícia. Porque, na medida em que existe o controle do trabalho da polícia, fica mais fácil controlar os policiais que não atuam corretamente. Então, eu queria saber a sua opinião sobre esse tema das câmeras corporais. No mais, é só uma consideração geral que eu sei que não compete diretamente à senhora, mas acaba depois tendo repercussão do seu trabalho. Muito obrigado.

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Bom dia. Realmente essa questão do plano de carreira dos guardas municipais e essa questão de o governo querer que seja uma outra abordagem – que, na verdade, a Guarda Municipal é proteção dos bens públicos – realmente acaba prejudicando. Até porque, eles acabam não tendo tanta, inclusive as famílias, porque eles não têm plano de carreira. Então, com certeza, fica desprotegido, e acaba acontecendo o que a gente tem conhecimento.

Com a questão das câmeras, eu sou da mesma visão de que realmente é um ótimo empreendimento estarem sendo utilizadas, e, se pudesse, até mais. Esses dois vieses, pelos vieses de ver o que está acontecendo, para a gente poder ver

quais são as questões que estão acontecendo mais com a população; e olhar, pelo lado que a gente precisa olhar, quais são as ações que os guardas municipais estão fazendo diariamente, qual está sendo o posicionamento deles no dia a dia, situações noturnas, situações de catadores de rua, como que está sendo a abordagem deles. E essas câmeras são fundamentais para a gente poder atentos ao que está acontecendo no dia a dia.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Obrigado. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom dia, quero cumprimentar o presidente Ramiro Rosário, o presidente Erick Dênil, presidentes desta reunião das conjunta, junto com o comandante Nascimento, coronel Bortoluzzi. Permitam fazer uma saudação também a Tamara, demais vereadores, em especial, o coronel Erildo, que nos acompanhada, de Cavalaria, é uma satisfação. Eu também quero me somar às contribuições de todos os vereadores. Bem importante ver o entendimento da Tamara. Acho que os números são bem expressivos, mais de quatrocentos, mas que, efetivamente, estão tramitando, são cento e poucos, né? Como é que a senhora vê essa questão das novas atribuições que estão sendo, talvez, previstas para a Guarda nesse momento, que, talvez, vá impactar aqui em Porto Alegre, como corregedora. Também no que diz respeito, assim, se pudesse, em um segundo momento, nos trazer elementos dessas sindicâncias de maior violência, e se houve alguma situação que envolveu a questão das armas de fogo. No nosso efetivo, nós temos uma parte que utiliza arma de fogo e outra não. Nós aprovamos aqui na Casa todas, digamos assim, as ferramentas necessárias para que a nossa Guarda pudesse portar arma de fogo. E eu também, assim como a Ver.^a Vera Armando, sou protagonista de uma iniciativa que diz respeito à Patrulha Educacional Comunitária, da Guarda, que diz que a Guarda tem essa atribuição, digamos assim, de zelar pelos próprios municipais, em especial, escolas, postos de saúde, parques e praças, enfim, a própria Câmara aqui e

outros prédios públicos. Ver se depois, num segundo momento, esses índices, ou esse número, esse volume de sindicâncias, qual seria, digamos assim, o escalonamento dele, se pega muito na área escolar, se pega essa área da mulher, quais são as ocorrências da Guarda, né? E quais as providências, como corregedora, que podem ser tomadas para diminuir esses índices, em especial não só para as mulheres, mas também na parte escolar, uma ação talvez mais propositiva, não é, coronel Bortoluzzi, para que a gente saia também na prevenção, não só na punição, na sequência, digamos assim, dos atos da corregedoria no que diz respeito à correição, mas também alguma coisa nesse sentido, de prevenção. E a senhora fez o QCO – Quadro Complementar de Oficiais? Pelo que entendi, a senhora é advogada...

SRA. TAMARA LEMOS MOREIRA: Temporária.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Foi temporária mesmo. Ok. Contemplado. Obrigado.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): O comandante Nascimento está com a palavra.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Vereadores, de forma complementar, afinal de contas tem a sabatina da Dra. Tamara, mas a segurança pública é uma ciência social muito rica, e, na minha opinião particular, ela é muito pouco debatida. Principalmente aos vereadores, que nós ainda não tivemos a honra de poder conversar, vamos marcar uma reunião, vamos conversar, afinal de contas a Guarda Municipal é uma instituição de Estado, então nós estamos à disposição de todos os nichos ideológicos e políticos da nossa casa. Mas falando de forma específica ao Ver. Alexandre Bublitz: nós temos por diretrizes, na guarda, a resolução consensual de conflitos, e isso, na minha opinião, é uma das razões que credenciam a guarda a ter as suas atividades ostensivas preventivas cada vez mais desenvolvidas dentro de todo o complexo sistema de relações

sociais que nós temos em comunidade na nossa cidade. E falando especificamente, justamente dessas mediações de conflitos que ocorrem sobretudo nas nossas áreas noturnas, na Cidade Baixa, que é emblemática. No bairro Cidade Baixa nós temos três públicos: nós temos os moradores, nós temos os frequentadores e nós temos o comércio, e é função da guarda, do poder público, proteger os três. O grande desafio é chegarmos justamente naquela palavra que eu sempre busco, que é o equilíbrio; equilíbrio de todas as pessoas. A Guarda Municipal de Porto Alegre é uma instituição garantidora de direitos, e não cerceadora, por isso, justamente nesse conflito de interesses, especificamente falando no bairro Cidade Baixa, muitas vezes nós vamos deixar alguns desses nichos descontentes, e muitas vezes esse descontentamento gera diversas outras situações que acabam caindo dentro da área de segurança pública. Por isso que é um grande desafio, justamente essas mediações, essas resoluções para que nós tenhamos o máximo de equidade, de garantia de direitos para que a gente possa ter uma sociedade fraterna e que possa conviver em paz, cada um dentro das suas necessidades e principalmente das suas demandas.

A questão do militarismo. Esse é um debate muito importante. Minha opinião, como a pessoa, Marcelo falando aqui, não comandante Nascimento, Marcelo falando: as instituições militares têm a sua importância histórica e social para a Nação, para o País, para o Estado ou para o Município, elas têm as suas funções muito bem definidas e elas devem continuar assim. O que ocorre é que estamos num processo de transformação. O Município, dentro do sistema de segurança pública, tem um papel, que é a prevenção. E esse conceito de prevenção é que está em evolução. Nós deixamos de ser meros fornecedores passivos de iluminação e limpeza, para sermos um partícipe ativo da segurança pública – é justamente nesse processo em que nós nos encontramos agora. A prevenção é muito mais complexa do que apenas mediar. Como falei, a segurança pública é muito rica, ela extrapola a si própria. A segurança pública chega em educação, em questões de base, em saneamento, emprego – tudo isso, quando falha, acaba caindo na segurança pública. E o Município tem esse papel fundamental

na área de prevenção disso; então isso é um debate muito rico, que vai dar no mínimo três dias de seminário, mas não vamos nos aprofundar aqui. O que ocorre na questão do militarismo? As instituições de segurança precisam ter seus princípios de hierarquia e disciplina, o que gera uma linha tênue entre o militarismo. O estatuto da Polícia Civil, por exemplo, é baseado em disciplina e hierarquia, justamente para termos o controle de que nós não tenhamos abusos lá na frente, por exemplo, para que nós não tenhamos um servidor adestrado, mas um servidor disciplinado que sabe que se ele tiver um desvio de conduta, ele vai ter um superior que vai estar supervisionando, que vai estar fiscalizando ele, e que, se caso for necessário, vai encaminhar para devida possibilidade. Isso a gente garante com disciplina e hierarquia, mas, lógico, buscando o equilíbrio, porque nós não queremos uma instituição militar, nós queremos uma instituição que garanta e que proteja direitos. A disciplina e a hierarquia, institucionalmente, ajudam a buscarmos esse objetivo, por isso que é importante medidas como nosso plano de carreira, que está tramitando aqui na Câmara. Isso é fundamental para que nós tenhamos uma instituição desenvolvida, uma instituição institucionalmente robusta, que tenha condições de dar a resposta que a sociedade precisa, principalmente dentro dessas novas demandas que nós precisamos. Eu vou procurar todos os vereadores com os quais ainda não tive oportunidade de falar, para que a gente possa debater e encaminhar logo esse projeto – a cidade precisa de uma instituição desenvolvida, com essa finalidade. O nosso Ver. Erick Dêníl falou da operação Choque de Ordem; na realidade, a operação Choque de Ordem já existia antes, ela se estendeu para o 4º Distrito, justamente por causa das demandas e das necessidades. Reafirmo aqui o que o meu subcomandante Marco falou na reunião anterior da comissão, que infelizmente não pude participar: nós não coadunamos com nenhum tipo de abuso, com nenhum tipo de desvio de conduta de nenhum agente. Isso nós reafirmamos de forma muito firme. Ocorre no 4º Distrito o que acontece nas nossas periferias. A nossa população mais economicamente vulnerável está à mercê deste conflito que acontece na segurança pública entre a criminalidade e o poder público – eles acabam sofrendo as consequências desse conflito. É

muito difícil separar o joio do trigo, mas tenham certeza de que nós estamos... Eu tenho plena confiança nos nossos agentes – para aqueles que desviam de conduta nós temos a nossa corregedoria; agora a Dra. Tamara vai ser muito firme nisso, e nós fazemos questão que assim seja, para que nós tenhamos justamente a justeza da prestação de serviços públicos. A operação Choque de Ordem, embora tenhamos ainda todas aquelas questões de queixas que foram apresentadas de forma muito justa por vocês aqui, nós temos resultados. Nós temos mais de 20 toneladas de resíduos de lixos com que aquelas pessoas conviviam recolhidas dentro desse processo; mais 18 ou 19 pessoas – me falhou a memória agora – que eram foragidas da Justiça, bandidos que estavam misturados junto com essas pessoas que a gente precisa proteger, foram recolhidas dentro desse processo. Então nós temos muitos avanços sociais dentro dessa operação, e todas as questões que precisam ser ajustadas, todos os abusos que forem apurados, nós vamos corrigir. Nós temos esse compromisso com vocês. Sempre que nós tivermos uma demanda e tivermos um problema, nós não vamos parar. Se estivermos no caminho errado, se não estiver dando resultado, a gente senta, replaneja e faz de novo. Como disse para vocês, a única razão da existência do serviço público é o bem comum da sociedade, qualquer coisa diferente disso está errada. E um exemplo disso é justamente o que a Ver.^a Vera Armando trouxe aqui, que é a Patam. A Patam, vereadora, é resultado desse conceito que implementamos. Quando chegaram para nós as denúncias daquelas mulheres que praticam atividades físicas nos espaços públicos municipais, nós nos comprometemos com elas: enquanto esse tipo de situação não parasse, nós não pararíamos de aperfeiçoar o nosso trabalho. Nós começamos com o aumento do patrulhamento no Parque da Redenção, na orla. Não foi efetivo. Nós começamos a usar drones para ampliarmos o nosso patrulhamento preventivo. Também não foi efetivo. Colocamos áudios dos drones; aperfeiçoamos os nossos postos avançados, tanto no Parque Farroupilha, na Redenção; agora, na Praça XV. Também não foi efetivo e acabou culminando na criação de um grupamento exclusivo para que a gente possa atender esse nicho, essa demanda que chegou até nós. Esse

é um exemplo do nosso comprometimento com a cidade. Nós, dentro de todas as nossas limitações... E aí vamos entrar no que trouxe o Ver. Robaina de efetivo, que é o mal do serviço público, em todos os lugares falta, eu sei disso, falta na Educação, falta na Saúde e falta na Segurança pública também, mas nunca vai ser desculpa para que a gente não faça o nosso trabalho. Sempre vamos nos readequar, vamos ter que tirar de um lugar, colocar lá, vamos aperfeiçoar um serviço para podermos dar conta de outro, que é o que aconteceu, por exemplo, na Educação. A Guarda não deixou de atender as escolas públicas, nós atendemos as escolas públicas; o que houve foi um aperfeiçoamento do atendimento das escolas públicas. Observamos que termos um guarda parado lá na escola era um subaproveitamento daquele servidor. Então, as escolas, embora não tenham um guarda agora fixo lá, elas têm câmera de videomonitoramento, elas têm o serviço de portaria – nós temos o contato direto com esse serviço. As professoras, as direções têm botão de pânico, quando tem alguma situação de urgência, elas apertam, cai direto na nossa central, e a viatura que está fazendo patrulhamento entre essas escolas, a mais próxima vai chegar para poder atender. Ou seja, não houve um escanteamento de um serviço, houve o aperfeiçoamento dele. E esse efetivo excedente nós trazemos para outro tipo de serviço que está dentro do campo do aperfeiçoamento do trabalho da Guarda Municipal, que é o trabalho preventivo e ostensivo.

O Ver. Robaina falou, por exemplo, dos ambulantes. Esse é um trabalho muito importante, porque eu acredito, vereador, que, a partir do momento que nós aperfeiçoamos a fiscalização no trabalho irregular, nós não apenas estamos ajudando a cidade com o seu ordenamento urbano, mas estamos também protegendo o ambulante irregular para que ele também tenha chance de poder de trabalhar. O trabalho ambulante em Porto Alegre não é proibido, ele é regulado, então a partir do momento que o ambulante irregular está no local que, entre aspas, não pode, ele está prejudicando aquele ambulante que está trabalhando de forma regular no local que pode. Então é justamente esse equilíbrio que nós buscamos com o aperfeiçoamento desta fiscalização, e ao

mesmo tempo, tendo a Guarda Municipal na rua, no trabalho de fiscalização, nós aumentamos a prevenção da segurança pública, nós temos o Estado mais presente. Não é um brigadiano, é um guarda, mas o guarda, se flagrar qualquer tipo de criminalidade, ele vai agir ele está treinando e equipado para isso. Então acredito que esse aperfeiçoamento é a nossa contribuição efetiva para que nós tenhamos uma cidade cada vez mais segura, mais justa, para que todos possam usufruir de tudo aquilo que a gente pode contribuir.

Falamos das câmeras corporais. Esse é um projeto antigo, eu já era comandante em 2020 quando nós solicitamos a compra das câmeras corporais, e eu confesso que eu tinha muito receio, porque eu achava que nós teríamos uma negativa de uso dos guardas, que teríamos uma restrição de uso. Mas hoje eu posso afirmar para vocês com toda tranquilidade: todos os guardas que vão para a rua querem estar com a câmera, porque ela comprova o bom serviço do guarda. Ela é uma proteção não apenas para aquelas denúncias que são infundadas, mas nós observamos também que todas aquelas pessoas que reagem a uma abordagem, quando elas veem que estão sendo filmadas, elas baixam a guarda, elas acalmam, elas já não xingam tanto, e justamente os pequenos detalhes é que acabam gerando as grandes ocorrências, e isso tem diminuído muito na nossa corporação desde a operação das câmeras corporais. Então o nosso *feedback* em relação a isso, doutora, que está chegando agora, é um trabalho muito bom, muito positivo, e que deve ser aperfeiçoado. Nós temos 160 câmeras que hoje dão conta do nosso efetivo na rua.

Vou chorar um pouco aqui: nós temos cerca de trezentos e poucos guardas; desses 300, nós temos uma média de 250 guardas que trabalham no serviço preventivo-ostensivo na rua. Dividindo isso por quatro turnos, que é o trabalho da guarda, nós temos uma média de 50 guardas para atender a cidade inteira por turno. É muito pouco! E ainda assim nós nos desdobramos, procuramos fazer cada vez mais pela nossa cidade. Por isso que eu encerro aqui falando de forma muito fraterna, embora nós tenhamos algumas discordâncias dentro da própria guarda, com relação ao plano de carreira, porque, afinal de contas, é impossível agradar a todos, eu deixo um recado aos nossos vereadores: o plano de carreira

da guarda é fundamental para desenvolvermos nosso trabalho. A guarda é a instituição mais indicada de proximidade da segurança pública com a população, e assim a gente libera nossa Brigada Militar para o combate ao crime de fato. Então é importante que nós tenhamos um plano de carreira para desenvolver a nossa instituição. O Ver. Erick Dênil apresentou um substitutivo que tem a previsão de 2.400 agentes, e o projeto original prevê 1.200; mas, seja 1.200 ou 2.400, ele já é um aumento substancial para que a gente possa fazer mais na cidade. Eu conto com a contribuição dos vereadores para que a gente possa tocar esse projeto e melhorar nossa instituição em prol da nossa cidade.

E com relação à Patrulha Educacional, Ver. Márcio Bins Ely, ela estava numa mensagem retificativa que o governo iria mandar para Câmara, mas como já tem toda essa discussão de: querem plano, não querem plano... Acharmos que se colocássemos mais um item nele, iria gerar mais discussão. Então, se o plano for implementado, o senhor tem o nosso compromisso de que nós vamos criar uma patrulha escolar específica, para que a gente possa ter....

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: O dia que eu for vereador, o senhor conta comigo, vereador. Mas eu peço, por favor, vereadores, tenham essa sensibilidade com a nossa instituição. Nós precisamos desse plano de carreira para aperfeiçoar o nosso trabalho porque nós trabalhamos para a cidade. Espero ter esclarecido aqui as dúvidas e Dra. Tamara, mais uma vez, muito boa sorte nesse trabalho porque a cidade precisa.

PRESIDENTE RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (CCJ): Perfeito. Muito obrigado Comandante Nascimento. Dra. Tamara, eu não vou fazer uma pergunta, mas acho que é importante fazer um comentário aqui também. Meus colegas de esquerda, dentro da sua visão de mundo e pautas prioritárias, fizeram perguntas e colocaram também aqui os seus questionamentos com relação à atuação da Guarda Municipal. A beleza do Parlamento é que ele é plural, ele representa

todas as preocupações e todos os pensamentos que existem dentro da sociedade. E eu, meu mandato também representa uma parcela da população que não espera que vocês peçam por favor, e nem entreguem flores no momento da abordagem. A parcela do eleitorado, a parcela do cidadão de Porto Alegre, tão pagadora de imposto quanto àqueles que discordam do que eu estou falando, também esperam que nós tenhamos firmeza e muita força da Guarda Municipal, da nossa Brigada Militar, da nossa Polícia Civil, de todos os órgãos de segurança no momento de fazer abordagens e no momento de reprimir toda e qualquer atividade que traga prejuízo para a nossa cidade. Com relação às abordagens aos carrinheiros, essa é uma demanda minha antiga e tenho solicitado, inclusive, à nossa Brigada Militar, é fundamental que nós façamos abordagens firmes sobre os carrinheiros da nossa cidade. Sabemos que boa parte deles trabalha, não é para reciclagem, trabalha para o crime organizado, trabalham como olheiros dentro das nossas regiões, dos nossos bairros. É uma atividade que, no meu entendimento, já deveria estar proibida na cidade há muito tempo, e espero que seja proibida logo. E encerro dizendo que se um dia a minha filha chegar em casa reclamando que levou um tapa de um Guarda Municipal, ou de um brigadiano, porque cuspiu na cara dele ou porque estava fumando um baseado, e desrespeitou o policial, ela vai apanhar duas vezes, ela vai apanhar desse policial, desse brigadiano. e vai apanhar em casa, de mim também. Encerro dessa forma. Obrigado.

Vamos colocar em votação simbólica? Quem aprova? Dra. Tamara permaneça como está. Aprovado pela CCJ e CEDECONDH.

(Encerra-se a reunião às 11h46min.)